



ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

NOVEMBRO DE 1993
Nº 59.

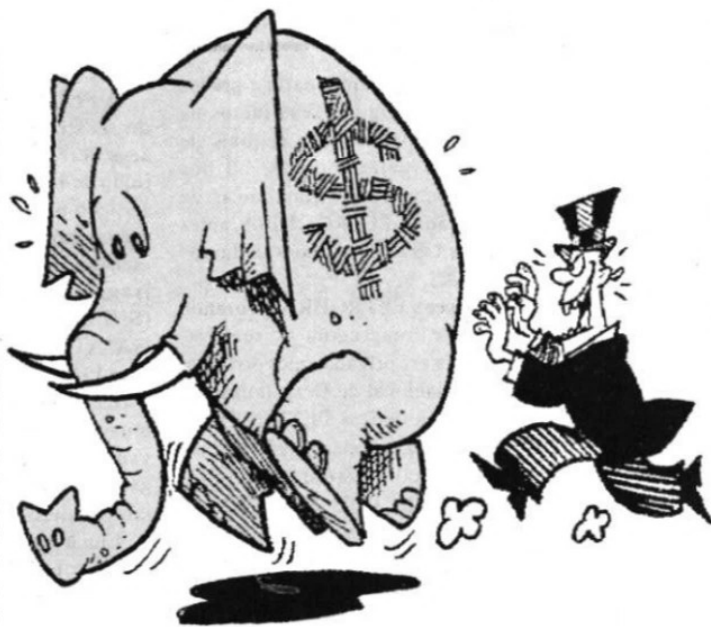
“A desestatização do setor Petróleo”

A AEPET apresentou o texto abaixo no painel “Experiência da Privatização” do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (ESG). Presentes o senador Amir Lando e o tenente-brigadeiro Sérgio Ferolla, comandante da Escola.

A grande mídia repete exaustivamente que as chamadas “empresas estatais” são companhias mal administradas e ineficientes, em oposição as empresas privadas, estas sim, em sua grande maioria, modernas, competitivas e bem administradas.

Na verdade, as chamadas empresas estatais são sociedades de economia mista, junção de capitais públicos com privados, sendo estes obtidos através de apelo à poupança popular para que aplicasse suas economias na compra de ações dessas empresas com capital pulverizado na mão de cidadãos. Foram criadas para terem agilidade e rapidez de decisão atendendo a missões específicas pelos quais reclamava o País, regendo-se pelas regras das empresas privadas. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 173, parágrafo 1º, reafirma este posicionamento: “A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica, sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive, quanto às obrigações trabalhistas e tributárias”.

Se nos dispusermos a discutir honestamente e sem preconceitos, verificaremos que ser moderna e eficiente independe da empresa ser estatal ou privada e, sim, se ela é bem ou mal administrada. Além disso, há diversas categorias de estatais. Há aquelas que já nas-



ceram estatais, com funções estratégicas e desenvolvimentistas. É o caso, por exemplo, da PETROBRÁS, ELETROBRÁS, TELEBRÁS, Vale do Rio Doce, Banco do Brasil. As ações destas empresas têm excelente aceitação no mercado, sendo disputadas toda vez que há chamadas para aumento de capital.

Outras passaram para as mãos do Estado por terem sido mal administradas por empresários privados ou como pagamento de empréstimos contraídos junto ao BNDES ou Banco do Brasil. O sistema BNDES/BNDESPAR tem participação acionária em mais de 200 empresas, na maioria das vezes, é representado por ações preferenciais, sem direito a voto e sem qualquer possibilidade de influência

na gestão das empresas, e, por conseguinte, na política de distribuição de dividendos. O volume alcança cerca de US\$ 3,5 bilhões, a valor de mercado, segundo o ex-presidente do BNDES, Delben Leite, incluindo participações em empresas privadas como a Fiat Diesel do Brasil, Formiplac do Nordeste, Guararapes Têxtil, Sulfabril do Nordeste, Agroindustrial Fazendas Unidas, Belprato S/A, Produtos Alimentícios, Chocolates Vitória, etc. Alguns empresários que deveriam estar recomprando estas participações do BNDES/BNDESPAR, feitas no período de implantação das empresas, preferem utilizar recursos, ou melhor, novos empréstimos do BNDES, para comprarem ações de empresas desestatizadas.

Segundo a economista Sheila Najberg, em sua tese de mestrado (“Visão”, 26/06/92), no período de 1975 a 1987 foram doados US\$ 3,2 bilhões a grandes grupos nacionais, ao pré-fixar em 20% a correção monetária anual, quando ela já tendia a 30%, passando a 77% em 1979, 100% em 1980 e 224% em 1984. Principais beneficiados: Mendes Junior (US\$ 219,5 milhões), Villares (US\$ 165,0 milhões), Cobrasma (US\$ 80,7 milhões), Votorantim (US\$ 64,1 milhões) e Aracruz (US\$ 63,3 milhões). Estes recursos provieram, em sua grande maioria, do PIS e do PASEP, atualmente, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

No panorama mundial, as estatais têm

importante papel e atuam nos mais diversos segmentos. Os carros da equipe Williams, de Prost e Hill são equipados com motores Renault e abastecidos com combustível da ELF, ambas estatais francesas. A Renault era empresa privada, estava em sérias dificuldades e foi recuperada após sua estatização. No setor petróleo, segundo a Petroleum Intelligence Weekly — PIW, revista americana especializada no setor, de dezembro de 1992, as empresas estatais detinham 93% das reservas e 68% da produção de óleo. Das 10 maiores empresas em produção de óleo, 7 são estatais; das 10 maiores empresas em reservas de óleo, 9 são estatais. As estatais têm ampliado suas participações no refino e vendas, com a compra de refinarias nos EUA e Europa. Segundo a PIW, no período de 1987 a 1991, a PETROBRÁS foi a companhia que maior ascensão teve no "ranking", seguida da ELF Aquitaine (França), PEMEX (México), TOTAL (França), SONATRACH (Argélia), ENI (Itália), todas estatais. Nas maiores quedas, aparecem a TEXACO, CHEVRON, ARCO, EXXON, todas multinacionais americanas.

As companhias de petróleo são integradas e, estatais ou privadas, participam da exploração à distribuição de derivados, ou, "do poço ao posto", como diz a propaganda da BR.

E a Petrobrás Distribuidora (BR) por que ficar com a PETROBRÁS? Antes de mais nada, é bom que se diga que o segmento de distribuição é disputado por grandes companhias multinacionais (SHELL, ESSO, TEXACO, ATLANTIC e SABBA/SHELL) e nacionais (BR, IPIRANGA e outras menores). A BR tem 36% do mercado nacional, seguida pela SHELL (20%) e ESSO (11%). As multinacionais detêm mais de 50% do mercado brasileiro. Toda empresa de petróleo tem sua distribuidora, pois é um segmento sem riscos e altamente rentável. Nenhuma empresa que produz, transporta e refina petróleo deixaria de participar deste segmento. Certa ocasião, na Câmara dos Deputados, o General Geisel foi questionado do porquê da BR. Ele respondeu pragmaticamente: porque dá muitos lucros, ajudando a prover recursos para que possamos descobrir, produzir e refinar petróleo. É assim em todo o mundo. A BR tem, além disso, a função de levar combustível a todos os recantos do País, aos menores custos para a sociedade.

A BR é a única empresa do setor a operar em todos os estados do País. Na região Amazônica, por exemplo, participa com 57% do mercado, contra 13% da segunda colocada, que, mesmo assim, concentra 80% de suas atividades em Manaus. Há locais onde praticamente só a BR está presente, como em Roraima, com 99% do mercado e no Acre, com 89% do mercado. Afinal, como é pouco lucrativo, as demais preferem se concentrar no Sul e Sudeste do País, onde os lucros são maiores. Outra grande função da BR é servir de aferidor do mercado. É o instrumento de que se vale o Governo para verificar se não estão sendo cobrados preços abusivos no

transporte por parte de outras distribuidoras.

Apesar de ficar praticamente com toda a tarefa de abastecer os locais mais distantes, a BR foi escolhida por 11 vezes, em 20 anos, pela revista "Exame", como Melhor Empresa do Setor de Distribuição de Petróleo, um reconhecimento público por sua eficiência e competitividade.

Por todas estas características, de regulador do mercado e empresa sem riscos e lucrativa, desperta grandes interesses de retirá-la do controle da PETROBRÁS, "comendo-a pelas beiradas", conforme o dito popular.

No segmento petroquímico, todas as grandes empresas de petróleo também participam, pois são as grandes fornecedoras da matéria-prima básica — a nafta — para o funcionamento das centrais petroquímicas. Não poderia ser diferente com a PETROBRÁS que participa do setor através da Petrobrás Química S.A. (PETROQUISA), sendo a responsável pela criação da petroquímica no Brasil. Assim, as empre-

"A Petrobrás tem como única fonte de seus recursos os obtidos na venda de seus derivados"

sas de petróleo fornecem a nafta a preços inferiores para realizarem seus lucros na venda do eteno, produto das centrais de matérias-primas petroquímicas, ou nos produtos das empresas petroquímicas de segunda geração. A PETROQUISA, antes de 1990, dava US\$ 200 milhões de lucro à PETROBRÁS.

Apesar de ser a PETROBRÁS a grande incentivadora e fornecedora de matéria-prima, o setor já era privado antes do início do Programa Nacional de Desestatização. Das 36 empresas onde a PETROQUISA tinha participação acionária, em apenas quatro ela era controladora (PETROFLEX, COPESUL, PQU e ÁLCALIS). Nas demais 32 tinha uma participação média de 30%. O setor privado nacional foi convidado a participar, com financiamento do BNDES, com empresas já em início de funcionamento, gerando dividendos para pagamento de empréstimos em condições altamente convidativas. O setor multinacional participava também com cerca de 30%.

O mesmo ocorre no setor de fertilizantes. A PETROBRÁS foi chamada a participar, em 1974, do I Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola, com o objetivo de substituir importações de matéria-prima para a indústria nacional de fertilizantes. O setor privado não se interessou, tendo em vista a baixa rentabilidade e o longo prazo de maturação dos projetos. Por outro lado, a matéria-prima para a produção de nitrogenados é o gás de refinaria, gás natural e o resíduo asfáltico, produzidos pela PETROBRÁS. Os fertilizantes são fundamentais para o aumento

da produção de alimentos e o aumento da produção de grãos de 70 milhões de toneladas anuais para 140 milhões de toneladas no ano 2000.

No panorama mundial, dos 12 maiores produtores de fertilizantes, 7 são estatais, mostrando a grande preocupação e controle dos governos para que seus países não fiquem à mercê de um mercado mundial altamente sensível. Qualquer importação adicional, dispara rapidamente nos preços dos fertilizantes, colocando em risco o abastecimento de alimentos.

Empresas estatais como a PETROBRÁS não dependem um centavo sequer do Governo. Ao contrário, em 1992 recolheu US\$ 4,3 bilhões em impostos e em contribuições sociais, mais de 5% da arrecadação tributária do País e cerca de US\$ 110 milhões em "royalties", que beneficiaram 9 estados e 450 municípios brasileiros, além da Marinha de Guerra. Em 31 de agosto de 1993, a PETROBRÁS tinha a receber do Governo Federal, líquidos, US\$ 3,782 bilhões, provenientes de dívidas de outras estatais e das Contas Petróleo e Derivados (diferença entre valor pago pela PETROBRÁS pelo petróleo e derivados importados e o efetivamente recebido). Em 28 de fevereiro de 1990, pouco antes da posse do Governo Collor, esta dívida era de US\$ 528 milhões, ou seja, em três anos, cresceu US\$ 3,3 bilhões.

A PETROBRÁS tem como única fonte de seus recursos os obtidos na venda de seus derivados. Do preço da gasolina, em julho de 1993, a PETROBRÁS ficava com 18% do preço pago pelo consumidor para remunerar o petróleo nacional (55% do consumo) e importado (45% do consumo), transporte e refino. A distribuição (SHELL, ESSO, BR, TEXACO, IPIRANGA, ATLANTIC e outras menores) ficava com 11% e a revenda (25.000 postos), com 9%. Do restante, 36% são impostos e há uma parcela de 26% para que outros derivados de petróleo como o gás de cozinha, nafta petroquímica, óleo combustível sejam vendidos a preços mais baixos.

Em março de 1990, a PETROBRÁS ficava com 23% do preço final e os impostos com 26%. Portanto, a parcela produtiva que é a da PETROBRÁS tem diminuído, sendo remunerada abaixo da inflação, enquanto a parcela de impostos tem aumentado.

Mas, o preço da nossa gasolina é caro? Na Europa o preço da gasolina ao consumidor varia em torno de US\$ 0,90 por litro. No Brasil, este valor está em torno de US\$ 0,45 por litro. Nos EUA custa cerca de US\$ 0,33 por litro. Vamos, entretanto analisar as parcelas. O refinador americano, considerando o barril a US\$ 18, ficava com cerca de 68% do preço do produto, recebendo portanto US\$ 0,22 por litro. Os impostos eram 24%, as distribuidoras recebiam 1,8% e os revendedores (postos), 5,5%. Portanto, apesar da PETROBRÁS receber pelo litro da gasolina que vende US\$ 0,08 (18% de US\$ 0,45), menos da metade do que recebe o refinador america-

no, o consumidor brasileiro acaba pagando US\$ 0,45 por litro, contra US\$ 0,33 por litro do consumidor americano. Os dados da estrutura americana são da revista FORTUNE, de setembro de 1990. A estrutura nacional é de 23 de julho de 1993.

O processo de desestatização, profundamente ideológico, deixou de considerar os interesses do País e passou a utilizar o programa de privatização como uma panacéia, sem analisar previamente uma política industrial e tecnológica, onde se discutiria os segmentos de atuação de empresas estatais, privadas e multinacionais, visando o desenvolvimento do Brasil. A PETROBRÁS não é propriedade exclusiva do Governo. Ela é uma sociedade de economia mista, onde a União Federal tem, diretamente, 51,000% do capital total e onde participam cerca de 400.000 acionistas minoritários.

Desta forma, ao determinar a venda dos ativos da PETROQUISA, por exemplo, por preços abaixo do que qualquer industrial do setor venderia suas empresas, recebendo "moedas podres" com valor de mercado de 40% do valor de face, estes 400.000 acionistas minoritários da PETROBRÁS e os 6.000 da PETROQUISA têm sido prejudicados pelo acionista majoritário e controlador, a União Federal. O ex-presidente do BNDES, Antonio Barros de Castro, em depoimento à CPI das Privatizações, admitiu que as empresas privatizadas tiveram seus preços subavaliados para poder atrair os compradores.

A PETROQUISA recebeu pelo pagamento de suas participações US\$ 1,0 bilhão em "moedas podres", sendo US\$ 23 milhões em moeda corrente que terão que ser aplicados em Notas do Tesouro Nacional. Além disso, terá que pagar US\$ 270 milhões (conforme parecer da Secretaria da Receita Federal) em Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), além de US\$ 260 milhões, até junho de 1993, em impostos incidentes sobre reservas de reavaliação das empresas alienadas. Privatizadas todas as participações, as perdas subiriam para US\$ 1,648 bilhão. Os pagamentos dos tributos têm que ser feitos em moeda corrente. Só de anúncios de "elefantinho" e outros mais, falando da eficiência privada e ineficiência das empresas estatais, a PETROQUISA teve que desembolsar (em dinheiro vivo) US\$ 4 milhões, por deliberação da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização e do BNDES, a quase totalidade para a Agência Setembro, da Campanha de ex-presidente Collor, citada no Caso PC.

As alienações estão sendo feitas em período de recessão e em plena crise mundial do setor petroquímico. Recentemente o Governo Mexicano suspendeu a privatização do setor petroquímico por esse motivo, pois os valores de alienação seriam cerca de 28% dos valores de 1989, conforme a publicação PETROCHEMICAL NEWS, de 5 de julho de 1993.

A PETROBRÁS investiu no setor petroquímico, em valores atualizados pela LIBOR, US\$ 2,1 bilhões, recebeu US\$

509 milhões em dividendos, US\$ 165 milhões em alienações e na venda de ações na abertura de capital da PETROQUISA, tendo acumulado um patrimônio de US\$ 3,6 bilhões. Assim, a PETROBRÁS obteve um excelente resultado na sua aplicação em petroquímica. Estes prejuízos ocasionados pelo acionista controlador da PETROBRÁS, têm sido questionados na Justiça pela AEPET e outros acionistas, em várias ações judiciais, que estão em julgamento de mérito, devendo reverter o processo e sinalizando para a sociedade que o governo, ao representar a União Federal, é mero acionista das empresas estatais e não dono e senhor absoluto, tendo que se submeter à Lei das Sociedades Anônimas e a Constituição Federal, como qualquer outro acionista.

O mesmo processo de prejuízos, relatado no caso petroquímico para os acionistas da PETROBRÁS, ocorre no caso dos fertilizantes, ocasionando ações judiciais para fazer valer a lei. Adicionado o setor de fertilizantes ao setor petroquímico, o total de moedas recebido pela PETROBRÁS nos leilões de privatização, até junho de 1993, ascendiam a US\$ 1,494 bilhão. Na verdade, não há redução de dívida do Governo, mas apenas a transferência de títulos de outros credores para os acionistas da PETROBRÁS. O Governo continua devendo, não mais aos participantes dos leilões, mas aos acionistas da PETROBRÁS.

Entendemos que a venda de participações acionárias nos vários segmentos das empresas do sistema, deve ser objeto de deliberações da própria empresa, seguindo a ótica de sair de algumas empresas e direcionar para outras, como faz qualquer companhia, como previsto no artigo 173 da Constituição, "contribuindo para o desenvolvimento do País", conforme prevê a missão da PETROBRÁS.

Se o leitor fosse se desfazer de alguma empresa estatal ou participação acionária do Estado, qual seria sua opção? Aquelas que não eram para ser estatais e vieram para suas mãos por má gestão ou garantia de empréstimo. Certo? Errado. Pelo menos é o que pensam as autoridades governamentais. Como explicar esta decisão?

Quando da eleição do ex-presidente Collor, um grupo de financiadores da campanha, ligados ao sistema financeiro, decidiu que dívidas do Governo seriam utilizadas para a compra de estatais. Saíram à compra destes papéis, como Títulos da Dívida Agrária (TDA), Debêntures da Siderbrás e outros. Um TDA era comprado a até 5% do valor de face e, quando dos leilões, poderiam ser revendidos a 40% ou serem utilizados diretamente na compra a 100% do valor de face. Alguns destes títulos vendiam depois do ano 2000. Entretanto, foram incluídos como moedas de privatização. Pagou-se até por dívida não vencida.

A decisão de transformar dívidas com empreiteiros ou exportadores de café em títulos de privatização era da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização (PND), sem fiscalização

pelo Poder Legislativo. Estas informações, de conhecimento de poucos, deram origem a grandes fortunas e desfalques ao erário público de fazer inveja ao Esquema PC. Basta lembrar que a Companhia Petroquímica do Sul (COPESUL) foi vendida por US\$ 797 milhões e a USIMINAS por US\$ 1,1 bilhão.

Um dos membros da Comissão Diretora do PND era Carlos Henrique Moraes, sócio da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello na ZLC e indiciado no Caso PC pela Polícia Federal.

Várias outras imoralidades foram praticadas:

1) O BNDES propiciou empréstimo para a compra das estatais (Resoluções 780/92 e 786/92) com "moedas podres", que o próprio BNDES adquiria no mercado e repassava aos interessados do processo de privatização, com prazo de pagamento de 10 anos, 2 anos de carência e juros de 6,5% ao ano, sendo o saldo devedor corrigido semestralmente pelo IGP-M. Para pagar, bastava usar os dividendos da própria empresa comprada. Na COPESUL, o consórcio PPE (associação entre POLIOLEFINAS, PPH e EMPETRO) adquiriu 45,6% das ações leiloadas por US\$ 379 milhões. Somente com a distribuição de dividendos da Companhia os adquirentes pagariam 88% do valor do empréstimo, restando apenas 12% a serem efetivamente desembolsados. Como garantia para o empréstimo eram exigidas as próprias ações da empresa adquirida. Risco zero, portanto!

Da POLIOLEFINAS fazem parte a UNIPAR e a ODEBRECHT; da PPH, a PETROPAR, a ODEBRECHT e HIMONT e da EMPETRO, a POLISUL e o BANCO ECONÔMICO.

Vale lembrar que as participações da PETROQUISA na PPH foram compradas, exercendo direito de preferência, pela PETROPAR, com "moedas podres" financiadas pelo BNDES e revendidas, posteriormente, ao grupo ODEBRECHT em dinheiro vivo. Na época da venda, faziam parte do conselho de administração da PETROPAR o Ministro das Minas e Energia, Pratiní de Moraes.

2) As empresas avaliadoras recebiam um prêmio de 0,35% do valor de venda (em dinheiro vivo, é claro), se mais de 70% da empresa fossem vendidos. Em decorrência, tendiam a abaixar o valor mínimo de venda para que este percentual fosse atingido.

3) O lucro obtido na utilização das "moedas podres" estava isento de tributação conforme a Lei nº 8383/91 e Instrução Normativa 92, de outubro de 1991, do ex-ministro Márcilio Marques Moreira. O Governo Federal deixou de arrecadar cerca de US\$ 1 bilhão apenas com a cobrança do Imposto de Renda, em dinheiro vivo (JB de 07/10/93). Para se ter idéia do que isso significa, basta lembrar que os recursos arrecadados em dinheiro até hoje não deram para pagar sequer as empresas de consultoria.

4) Foi criada, em junho de 1990, por particulares, com dinheiro público, doado

pelo ex-presidente do Banco Central, Ibraim Eris, a CETIP (Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos) com a função de controle e emissão de certificados de privatização com poderes muito mais amplos que o do próprio Banco Central, que dispõe da SELIC (Serviço de Liquidação e Custódia). Os sócios da CETIP eram grupos que participavam da compra das estatais. Na mesma época, era criada a Câmara de Liquidação e Custódia (CLC), também por particulares, sendo majoritária a BV Empreendimentos Imobiliários S/A, onde eram controladores Antônio Augusto Cardoso Garcez, Guilherme Braga A. Pires Filho e Howard Saffer, que também participavam da CT Empreendimentos e Participações, onde Eduardo Modiano foi sócio.

5) Os sócios da PETROQUISA, subsidiária da PETROBRÁS, tinham preferência na compra de suas participações. Em outras palavras: independente de quem vencesse o leilão, os sócios poderiam ficar com as ações, bastando oferecer o mesmo valor. Na aprovação do valor mínimo da empresa, é claro que não tinham quaisquer objeções. Afinal, seriam eles os compradores e beneficiados.

6) O BNDES concedeu empréstimo ao Consórcio FERTIFÓS (Manah, Cotia, Takennaka, Solorrco e outras) para a compra da FOSFÉRTIL, sem que esse Consórcio sequer tivesse registro na Junta Comercial. Não tendo existência legal e, portanto, condições de obter empréstimo do BNDES.

A propósito, a Trevisan Consultores Associados, responsável pela terceira avaliação da ULTRAFÉRTIL, que decidiu o valor mínimo do leilão, tinha como seus clientes várias empresas do Consórcio FERTIFÓS. Em suma, avaliava para seus clientes.

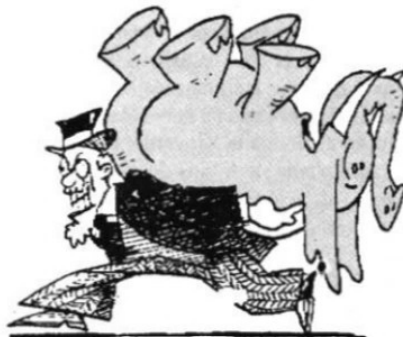
Posteriormente, o grupo utilizou a FOSFÉRTIL para comprar a GOIASFÉRTIL e a ULTRAFÉRTIL, pois, as empresas formadoras do Consórcio estavam endividadas e não tinham condições de contrair empréstimos.

7) Na determinação do preço da COPE-SUL, o preço da nafta, matéria-prima da central, fornecida pela PETROBRÁS, foi fixado em 20% acima do preço do óleo "brent" do Mar do Norte. Esta definição diminuiu o valor mínimo da empresa. Só que o preço jamais foi praticado, continuando a PETROBRÁS a fornecer a nafta a preços abaixo do mercado internacional, com prejuízos para a Companhia.

8) O BNDES concede empréstimos a empresas privadas e multinacionais. Não o faz, entretanto, a empresas estatais, mesmo que ofereçam melhores garantias de

pagamento que empresas privadas. Tão logo são desestatizadas, os recursos do Banco, que provêm em sua maioria do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), são abertos aos compradores. O Globo, de 10 de outubro último, publicava na coluna "Panorama Econômico", sob o título "Dinheiro Público": "A PETROFLEX, a empresa privatizada no setor petroquímico, está investindo US\$ 20 milhões, com financiamento do BNDES, para a ampliação e melhoria de suas fábricas, em Duque de Caxias e Triunfo, Rio Grande do Sul". O mesmo ocorreu com a USIMINAS, para complementar investimentos quase concluídos antes do processo de privatização.

A PETROBRÁS investiu US\$ 2,1 bilhões, no setor petroquímico. Recebeu US\$ 504 milhões em dividendos. O valor patrimonial das empresas, antes das desestatizações, era de US\$ 3,6 bilhões. Em resumo, um excelente investimento, que dava, em média, US\$ 200 milhões anuais de lucro



à PETROBRÁS, antes do Governo Collor.

9) A GOIASFÉRTIL, empresa que pertencia ao Grupo PETROFÉRTIL, recebeu, no passado, empréstimos de US\$ 13 milhões para ressarcimento posterior. A Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização determinou que estes créditos fossem capitalizados, a pretexto de sanear o passivo da GOIASFÉRTIL, ou seja, transformados em ações, que foram pagas em títulos de privatização, em vez de dinheiro vivo, com prejuízos para os acionistas da PETROFÉRTIL e PETROBRÁS. Outras empresas do setor petroquímico tinham empréstimos com a PETROQUISA, sofrendo o mesmo processo de capitalização.

10) Para os empregados, de forma a vencer resistências e cooptá-los, foram separadas 10% das ações, para serem vendidas a 30% do preço mínimo. O caso da COPE-SUL é ilustrativo. Sob as condições de preço mínimo de leilão, 10% das ações da COPE-SUL valiam US\$ 94 milhões que, rateados entre pouco mais de 1.400 pessoas, implicavam em uma cota de, aproximadamente, US\$ 67 mil por empregado.

As condições de venda oferecidas pelo BNDES aos empregados incluíam desconto de 70% sobre o preço mínimo e finan-

ciamento com prazo de 10 anos, além de um período de carência. Nesta hipótese, o lucro bruto seria de aproximadamente US\$ 47 mil para os que vendessem imediatamente. Para aqueles dispostos a esperar as ações valorizadas, os lucros poderiam ser ainda maiores e a diretoria da CS S/A Participações Petroquímicas buscou financiamento em "moedas podres" junto a um Banco, que se dispunha a fornecê-las com 30% de deságio, entregando a cada empregado o equivalente a US\$ 3 mil. O empregado deu ao Banco o direito de vender em Bolsa, no prazo de 13 meses, até 35% do seu lote de ações para quitação da dívida relativa ao adiantamento do dinheiro, acrescido do preço de venda das "moedas podres" empregadas.

11) A política de desestatização trouxe grandes benefícios. Para os compradores, é claro. Formou fortes oligopólios e monopólios, entregues a grupos privados. Na petroquímica, ODEBRECHT, SUZANO e IPIRANGA; nos fertilizantes, FERTIFÓS; em aços não planos, GERDAU; em aços planos, BANCO BOZANO SIMONSEN. Concluídas as privatizações os preços foram liberados. Os preços das chapas da USIMINAS, privatizada em outubro de 1991, cresceram 92% acima do IGP, no período de junho/91 a julho/93. Na área de fertilizantes, foi solicitado aumento da proteção alfandegária.

Um estudo recente da AEPET, com dados da FGV, analisando o período de janeiro de 1980 a março de 1993, abrangendo treze anos e todos os planos econômicos postos em prática pelos últimos governos, dá um panorama de quem ganhou e quem perdeu da inflação. Tomando o IGP como parâmetro (índice 100), perderam o salário mínimo (índice 61%), combustíveis, como a gasolina e o álcool (40%), diesel (48%), ferro e aço (43%), animais e derivados (62%), cereais e grãos (75%). Ganharam, além dos bancos, é claro, tintas e vernizes (índice 217%), produtos de higiene e limpeza (185%), gêneros alimentícios (163%). Em suma: Ganharam os cartéis e oligopólios de grandes empresas privadas nacionais e multinacionais. Perderam as empresas estatais, entre as quais a PETROBRÁS, executora do monopólio estatal do petróleo, e as pequenas e médias empresas privadas nacionais.

A análise da presença do Estado na economia deve ser feita com os olhos voltados para os interesses do País e não, de forma preconceituosa ou espúria, de interesse de grupos, travestidos de modernidade.

A CPI das privatizações certamente irá demonstrar que ela é a parcela submersa do "iceberg" da CPI do PC. Uma operação mãos limpas, como a que ocorre na Itália, restabelecerá a credibilidade no País.